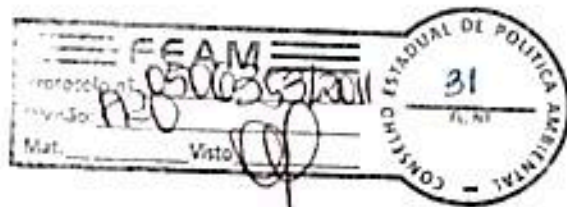




ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: INTERCAST S.A	DEFESA
PROCESSO Nº 0317/1998/006/2007	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº F316/2007	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

A INTERCAST S.A foi autuada em 03.01.2007 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 87, I do Decreto 44.309/2006:

Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

I - descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples; ou multa simples e embargo de obra; ou multa simples e demolição de obra; ou multa simples e suspensão de atividades nas hipóteses de descumprimento de condicionante da licença de operação;

Em decorrência da autuação, foi aplicada multa no valor de **R\$ 30.001,00** (art. 87, I c/c art. 61, II, "c" do Decreto 44.309/2006).

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

O autuado foi notificado a fim de realizar a complementação da defesa, de forma a adaptá-la ao art. 34 do Decreto 44.844/2008, conforme §1º do art. 35 do citado decreto e apresentou o referido documento (fls. 27/30).

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado em razão da empresa dispor areia de fundição em local inadequado, não possuindo as medidas de controle ambiental necessárias, em desacordo com a Licença de Operação. (fl. 04)

Na Defesa o autuado alega, em síntese, que:

- O Auto de Infração foi lavrado na sede da FEAM, sem o comparecimento do fiscal na sede da empresa, o que gera a nulidade do referido documento;
- Caso as irregularidades constatadas na fiscalização ambiental existissem, elas poderiam ter sido sanadas após a primeira autuação (AI 296/2006), que foi cancelado pela FEAM em razão de erro no enquadramento legal;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



- Não há descrição do fato constitutivo da autuação e motivação, o que gera vício formal do AI, com a sua conseqüente nulidade;

- Conforme contrato do autuado com e o SINDIMEI (Sindicato Intermunicipal das Indústrias Metalúrgicas), a disposição da areia de fundição é realizada em local adequado;

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O Auto de Infração 316/2007 foi lavrado por agente competente, credenciado junto à FEAM, inexistindo qualquer vício formal que possa gerar a sua nulidade. O fato do AI ter sido lavrado na sede da FEAM não gera a insubsistência do mesmo, haja vista a sua correspondência ao Auto de Fiscalização 260/2006 (fls. 01/02) e a inexistência de obrigação legal de lavratura do Auto de Infração na sede da empresa autuada.

Verifica-se, ademais, que foram respeitados todos os critérios do art. 32 do Decreto 44.309/2006, não havendo vício de motivação ou de falta de descrição dos fatos, o que fica claro no texto relativo à ocorrência/irregularidade constatada, a ver: "a empresa dispõe areia de fundição em local inadequado, não possuindo as medidas de controle ambiental necessárias, em desacordo com a Licença de Operação. (fl. 04)"

O fato de haver um contrato relativo a disposição dos resíduos do autuado não descaracteriza a autuação. Houve constatação, pelo agente fiscal, de irregularidade no empreendimento, conforme se verifica no Auto de Fiscalização 260/2006 (fls. 01/02), e o autuado não logrou desconstituir a constatação realizada.

Ademais, o Parecer Técnico DIFISC 10/2007 dita que "a Licença de Operação da empresa tem como condicionante a destinação dos resíduos sólidos de forma correta, fato este que não foi observado e foi relatado quando da fiscalização, sendo constatado um passivo de cinco mil toneladas disposto num área da empresa não possuindo as medidas de controle ambiental necessárias" (fl. 25). Portanto, resta plenamente caracterizada a infração imputada ao autuado.

Por fim, tem-se que o Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 20.001,00.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Recomenda-se ao Presidente da FEAM o indeferimento da Defesa, mantida a multa aplicada, porém reduzindo o seu valor de R\$ 30.001,00 para **R\$ 20.001,00**, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
<i>jp/</i> Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: